



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



Nosso assunto de hoje é um grande desafio: precisamos erradicar o trabalho infantil em nosso país.

A Bahia, a exemplo de outros Estados, entrará nesta cruzada até o início do mês de abril, quando crianças de 16 municípios começam a participar do Programa Brasil–Criança Cidadã. Elas vão trocar a arriscada atividade de corte do sisal pela vida escolar, como aconteceu, no ano passado, com os meninos que trabalhavam nas carvoarias de 14 municípios de Mato Grosso do Sul e, no início do ano, com crianças que cortavam cana em 13 municípios de Pernambuco.

Eu, pessoalmente, participei do lançamento do Programa Brasil – Criança Cidadã, na cidade do Cabo, na Grande Recife. O Programa tem fortes aliados, para alívio de nossas crianças do campo que são submetidas a esse tipo de exploração.

Ainda nesta semana, na quinta e sexta-feira, na cidade de Bebedouro, em São Paulo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o apoio da Fundação Abrinq, o Unicef e a Organização Internacional do Trabalho, promove um seminário com o sugestivo título de “Lugar de Criança é na Escola”.

Tenho a esperança de que técnicos, professores, religiosos e políticos nos ajudem a alcançar as metas de erradicar o trabalho infantil e dar vaga na escola para todas as crianças que moram no campo.

Enquanto a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência está cuidando de implantar a Bolsa Criança Cidadã em áreas do Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Bahia, já há uma lista nova de estados

enfrentando problemas dessa natureza, como são os casos do Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão, Acre, Rondônia, Pará e Paraíba, já identificados pelas Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil.

O Ministério do Trabalho, em parceria com outros Ministérios, como o da Justiça, está fazendo rigorosa fiscalização em todo o País. Estamos, também, implantando o Estatuto da Criança e do Adolescente, que será um instrumento a mais contra o trabalho de crianças e jovens, dos 7 aos 14 anos.

Temos dificuldades causadas por nossa extensão territorial, e os recursos são escassos. O valor fixado para as bolsas, com a participação de autoridades dos governos estaduais, prefeituras e entidades sociais, oferece uma renda familiar mínima, mas o suficiente para que as crianças freqüentem a escola e tenham acesso a atividades como reforço escolar, o esporte, a cultura e a alimentação básica.

Até abril, teremos cerca de 30 mil crianças participando do Programa. E chegaremos ao final do ano com 50 mil.

Eu peço aos governadores, prefeitos e, sobretudo, aos empresários que aumentem a vigilância contra o trabalho de crianças e adolescentes.

Vamos juntar nossas forças e recursos humanos e financeiros e erradicar, para sempre, o trabalho infantil no campo, porque lugar de criança é na escola!